



Páginas 06 e 07

TECNOLOGIA A SERVIÇO DO CONTROLE EXTERNO

Estratégias de tecnologia associadas à “inteligência” transformam-se em grandes aliadas do controle externo

RUMOS PARA A EDUCAÇÃO

Página 08

ORDEM CRONOLÓGICA

Página 05

“CORRUPÇÃO” EM DEBATE

Página 04

SISTEMA PRISIONAL

Página 10



tce_rn



tcedorn



tce.rngov.br

Controle

Os órgãos de controle e entidades que participam da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) pretendem lançar, até o final de 2018, um plano com ações de prevenção, de detecção e de sanção para os casos de irregularidades na administração pública.

Representante da Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) na Enccla, o conselheiro do

Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Cezar Miola, disse que deverão ser realizados encontros públicos com a sociedade, além da disponibilização de plataformas digitais para estimular a participação da população nas discussões do plano.

Criada em 2003, a Enccla é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate à corrupção.



SAÚDE

Realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), a Pesquisa Demográfica Médicos no Brasil 2018 aponta que o País alcançou neste ano o maior número de médicos atuando na sua história - são mais de 450 mil. No entanto, o aumento significativo dos números absolutos não tem reduzido a desigualdade na distribuição, fixação e acesso da população a esses profissionais. A região Sudeste tem taxa de 2,81 médicos por mil habitantes, seguido pelo Centro-Oeste (2,36) e Sul (2,31). No Nordeste a taxa é de 1,41 e no Norte, 1,16. Em países desenvolvidos, como nos Estados Unidos e Canadá, a taxa de médicos por mil habitantes é de 2,5.

ENVELHECIMENTO

O rápido processo de envelhecimento da população representa um dos principais desafios para a saúde no Brasil. Em 2030, o país terá 41,5 milhões de pessoas (18% da população) com mais de 60 anos, contra 39,2 milhões (17,6%) das que terão entre zero e 14 anos. Isso vai implicar em mudanças profundas nas políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Previdência, com impacto no financeiro. Hoje, o SUS gasta em torno de R\$ 45 bilhões anuais, em 2030 os gastos poderão atingir R\$ 115 bilhões.

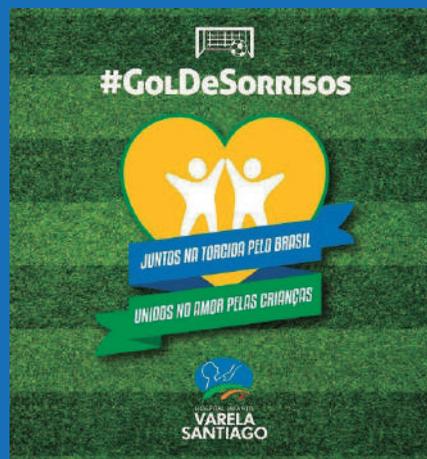
Pesquisa do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, ligado ao Ministério da Saúde, aponta que haverá uma elevação em mais de 30% no total de internações, por conta de doenças. Hoje, cerca de 50 milhões de usuários (12,5%) de planos de saúde têm 60 anos ou mais e, deste total, quase 90% tem algum tipo de doença crônica, como Diabetes, citrose e câncer.



Campanha

O TCE, através do seu Núcleo de Sustentabilidade, aderiu a campanha #GolDeSorrisos realizada pelo Hospital Infantil Varela Santiago, com objetivo de construir um Núcleo de Alta Complexidade, ampliando os serviços oferecidos a população. “Nosso objetivo é construir um núcleo de alta complexidade para se fazer cirurgia cardíaca, transplante de medula óssea, implante coclear e funcionar alguns núcleos como o de imagens, inclusive de ressonância”, informou o diretor superintendente da instituição, dr. Paulo Xavier. Aproveitando a Copa do Mundo FIFA 2018, a campanha consta da comercialização de camisetas com o slogan “Juntos na torcida pelo Brasil. Unidos no amor pelas crianças” vendidas a R\$ 25,00. As camisetas podem ser adquiridas no

Núcleo de Sustentabilidade, no TCE, ou no próprio hospital, que fica na Av. Deodoro da Fonseca, 498, no Centro de Natal, telefone: (84) 3209-8200.



HORÁRIO DAS SESSÕES

A realização das sessões está sujeita ao calendário de feriados e recessos.



1ª CÂMARA
quintas-feiras | 9h

2ª CÂMARA
terças-feiras | 9h

PLENO
terças e quintas | 10h



O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, informou sobre parceria em sessão do Pleno

APRIMORAMENTO DAS AUDITORIAS OPERACIONAIS

Uma ação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) pretende desenvolver experiências de aprimoramento das auditorias operacionais – metodologia que vem sendo executada pelas cortes de contas em todo o País, com resultados alvissareiros. Em princípio, dez tribunais de contas serão selecionados para participar da iniciativa que, no futuro, será ampliada para toda a rede de controle externo do País.

O informe foi dado pelo presente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, relatando em plenário os resultados da reunião da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon e do Instituto Rui Barbosa – IRB, que participou em Brasília. “Nas próximas semanas serão divulgado o nome dos tribunais selecionados para integrar a experiência neste momento”, ressaltou.

Desde o final de 2017 o TCU e a OCDE desenvolvem estudo acerca do “Aperfeiçoamento de Políticas e Programas Públicos Descentralizados: Auditorias baseadas em Resultados”. Como parte desse trabalho, o TCU realizou debate, no dia 12/04, com a participação do presidente da Atricon, Fábio Nogueira, que discorreu sobre “A Importância da Atuação Coordenada para o Controle das Políticas Públicas Descentralizadas”.

Por intermédio da Portaria TCU Nº 91 o Tribunal de Contas da União instituiu o Comitê Estratégico de Acompanhamento de Políticas e Programas Públicos Descentralizados (CEAPD) para supervisionar e orientar esse estudo. Dentre as competências do CEAPD, está a promoção e a coordenação das ações integradas institucionais entre o TCU e os Tribunais de Contas

Estaduais (TCEs) selecionados para participarem do estudo; a ATRICON; o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Congresso Nacional (CN).

Na apresentação sobre “A Importância da Atuação Coordenada para o Controle das Políticas Públicas Descentralizadas”, o conselheiro Fábio Nogueira, destacou, dentre inúmeras vantagens das auditorias coordenadas, a sistematização dos procedimentos de fiscalização e a integração como elemento de resolutividade do controle externo. “Essas ações contribuem para o aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas e para a efetividade das políticas públicas”, argumentou.



Presidente da Atricon, Conselheiro Fábio Nogueira, enaltece iniciativa

CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO EM DEBATE



Conselheiro do TCE do Mato Grosso, Luis Henrique, apresentou um diagnóstico da corrupção no país

Uma licitação fraudulenta. Um telefonema anônimo para a Ouvidoria do TCE. Em uma semana, a equipe de inspetores foi até o pequeno município de Canabrava do Norte, no estado do Mato Grosso, averiguou a denúncia e constatou a irregularidade. Em plenário, o conselheiro relator do processo cancelou o certame, evitando assim um gasto significativo em benefício da população. E tudo aconteceu graças a um simples telefonema...

“O cidadão tem que saber como denunciar irregularidades e o Tribunal de Contas tem que ter a capacidade de dar respostas céleres a sociedade”, enfatizou o conselheiro substituto do TCE de Mato Grosso, Luiz Henrique Lima, citando o exemplo acima na palestra “Democracia, Corrupção e o Futuro do Controle Externo no Brasil”, que ministrou na abertura do projeto “Sexta de Contas”, realizada na manhã de sexta-feira (13/04), no plenário do TCE/RN.

Em meio a avalanche de denúncias que domina o cenário nacional, o palestrante optou por um discurso positivista, que aponte soluções para os problemas. “Sempre procuramos promover o debate de temas relevantes, que traga uma contribuição para a sociedade”, ressaltou o conselheiro Ouvidor, Renato Costa Dias. E foi este caldo que mistura participação cidadã com o controle exercido pelas cortes de contas que o conselheiro Luiz Henrique, que é especialista em finanças cor-

porativas; mestre e doutor em planejamento energético (UFRJ) e professor da PUC/RJ e Fundação Getúlio Vargas se debruçou.

Como é de praxe, o palestrante iniciou o seu discurso apresentando aspectos históricos do tema em foco, do controle que era exercido à época dos faraós até as ações de relevância praticadas pelos tribunais na modernidade, num longo percurso que, a seu ver, apresenta muitos resultados positivos. “A Lei de Responsabilidade Fiscal foi um marco”, destacou, lembrando que a demo-

“O cidadão tem que saber como denunciar irregularidades e o Tribunal de Contas tem que ter a capacidade de dar respostas céleres a sociedade”, enfatizou o conselheiro substituto do TCE de Mato Grosso, Luiz Henrique Lima

cracia precisa de controle, mas “os ditadores não gostam” por razões óbvias. Daí abordou também o que denominou de pequenas corrupções, praticadas no cotidiano por muita gente e que se avolumam. “Corrupção não é apenas um desvio ético. É uma traição a democracia”, definiu.

Ao lado do presidente do Movimento Articulado de Combate à Corrupção – Marcco,



O palestrante ao lado do conselheiro ouvidor, Renato Dias; o coordenador da ouvidoria, Gudson Barbalho, e o conselheiro substituto Antônio Ed

Antonio Ed, que também é conselheiro substituto, Luiz Henrique questionou: Qual o TC que queremos? E ele próprio respondeu: um órgão mais ágil, que apresente mais resultados. Para isso, apontou como desafiadoras questões como a quebra dos sigilos bancário, fiscal e comercial; implementação da Lei anticorrupção e acordos de leniência e a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, entre outras. Apesar das dificuldades, repetiu: “Estamos avançando todos os dias, e os Tribunais de Contas tem um papel essencial no fortalecimento das instituições e aprimoramento da democracia”.

O projeto “Sexta de Contas” é uma realização da Ouvidoria em parceria com a Escola de Contas, tem objetivo estimular o controle social através do debate de temas significativos.

ENCONTRO DEBATE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO NOS MUNICÍPIOS DO RN

Tendo como foco os maiores problemas enfrentados pelos gestores públicos, sob o foco do Tribunal de Contas, foi iniciado nesta quinta pela manhã, no anfiteatro de Parnamirim, o Encontro Regional para Gestores Públicos Municipais, abrangendo 68 municípios do pólo Natal e Parnamirim. Este ano o tema central das apresentações será a “execução da despesa pública e orçamentária sob a ótica da ordem cronológica de pagamento”. “Trata-se de um tema importante para os cidadãos e também gestores”, enfatizou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na abertura do encontro, que também contemplará municípios dos pólos de Santa Cruz, Mossoró e Martins, atingindo assim todo o Estado.

A observância da ordem cronológica de pagamentos foi definida por Resolução do TCE aprovada em novembro de 2016. Com a regulamentação, os gestores públicos deverão realizar os pagamentos relativos ao fornecimento de bens e serviços respeitando a “estrita ordem cronológica de exigibilidade do crédito decorrente do cumprimento de obrigação executada de acordo com a lei e com o instrumento contratual”. A regra combate a violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade, uma vez que retira do gestor a possibilidade de escolher quem será beneficiado com os pagamentos e de estabelecer privilégios em detrimento deste ou daquele credor. O tema, aparentemente simples, termina por gerar dúvidas, devidamente esclarecidas nestes encontros.

Na mesa de abertura dos trabalhos, além do presidente do TCE e do prefeito de Parnamirim, foram registradas as presenças dos conselheiros Paulo Roberto Roberto Chaves Alves, diretor da Escola de Contas, e Renato Costa Dias, diretor da Ouvidoria de Contas. O primeiro lembrou da necessidade de se prestar atenção na questão dos prazos, do controle interno e no item de despesa com pessoal, problemas que vem sendo recorrentes nos municípios. “qualquer prestação de contas, qualquer relatório que for entregue no tribunal, se estiver fora do prazo, já implica em irregularidade”, explicou. O conselheiro Renato Dias destacou a importância do projeto “Rotas para Ouvir”, que busca estimular a criação de ouvidorias públicas nos municípios, além de estimular a participação do cidadão no exercício do controle social.

Presidente da Federação das Câmaras Municipais – Fecam, o vereador Raniere Barbosa destacou o momento de transformação que vive o país, em decorrência da crise e, nes-



Encontro em Parnamirim deu início ao trabalho de capacitação realizado pelo TCE em todo o Estado

te contexto, a relevância do fortalecimento das câmaras municipais, o que se faz dando oportunidade de qualificação, de conhecimento. “Assim se faz uma câmara forte, eficiente”, ressaltou, defendendo ainda uma maior aproximação entre o legislativo e o executivo, resultando em benefícios para a sociedade, “falo em parceria, não subserviência”. O presidente da Federação dos Municípios do RN – Femurn, José Leonardo da Silva, parabenizou a iniciativa do encontro, mas ressaltou que é preciso ter bom senso sempre. No caso da ordem cronológica, defendeu um prazo para que haja uma readaptação dos municípios no sentido de cumprir as metas estabelecidas pela legislação.

O prefeito de Parnamirim, Rosano Tavares, considera o tema de alta relevância, sendo de interesse não só dos cidadãos, mas também dos gestores públicos. “Para Parnamirim, que é o terceiro maior município do Estado, foi fácil se adaptar. Mas sabemos que tem muitas prefeituras com dificuldades”, ressaltou. “Trata-se de um assunto novo que, na prática, gera muitas dúvidas”, relatou o chefe de gabinete da secretaria de comunicação social da prefeitura de Natal, Fernando Cardoso, na platéia, dizendo que seu interesse em participar do encontro é de “acompanhar melhor os processos que temos nas áreas de publicidade e comunicação, atendendo a legislação vigente”.

Contextualização

Desfeita a mesa dos trabalhos, o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, fez uma breve contextualização sobre a missão da corte de contas, o trabalho que é realizado e os resultados alcançados, apresentando dados disseminados na cartilha “Conhecendo o TCE-RN”, destacando que na atuação em apenas cinco processos a instituição gerou uma economia que representa cinco vezes a mais do que o seu orçamento anual.

“O TCE-RN tem o menor limite per capita entre os tribunais de contas do país. Nosso custo é de apenas 0,7% no orçamento público”, destacou, lembrando que além do controle orçamentário, a instituição atua com ações como o acompanhamento do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, que busca colaborar na melhoria da gestão pública, e na realização de eventos de capacitação, como o executado pela Escola de Contas, entre outros.

Pela manhã ainda ouve palestra sobre o projeto “Rotas para Ouvir”, apresentado por Gudson Barbalho, seguido por explanação abordando o controle externo, a cargo da secretaria de controle externo, Anne Emília Costa Carvalho. No período da tarde, o especialista Francisco Nascimento de Sousa iniciou a abordagem sobre a “Execução da despesa Pública e orçamentária sob a ótica da ordem cronológica de pagamento”, tema principal do encontro que terá continuidade nesta sexta-feira pela manhã.

USO DA TECNOLOGIA NO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO

Aprimorar as técnicas de controle externo, buscando cada vez mais combater irregularidades, qualificando o exercício da fiscalização exercida pelos tribunais de contas. Para isso são fundamentais a junção de duas ferramentas que vem sendo utilizadas em todo o País: o conhecimento e a tecnologia. Exemplo do que está sendo feito foi apresentado no Seminário de Práticas de Análise de Da-



Secretária de Controle Externo, Anne Carvalho

dos para o Controle Externo, que mostrou experiências realizadas nas cortes de contas do Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Paraíba, com resultados positivos.

“Todos os tribunais de contas vem utilizando ferramentas de Tecnologia da Informação a serviço do controle externo, cada um a seu modo. Estes momentos de troca de experiências e apresentação de boas práticas são de extrema importância”, relatou o presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, no início do encontro. A proposta, destacou a Secretária de Controle Externo, Anne Emília Costa Carvalho, é que se tirem encaminhamentos para a continuação dos trabalhos, após estas apresentações iniciais. O seminário foi para servidores do TCE e convidados de áreas afins.

A primeira apresentação coube ao coordenador do Núcleo de Informações Estratégicas para o Controle Externo do TCE/RN - Infocox, Ilueny Santos, que historiou o desenvolvimento do setor. Criado em 2016, o núcleo tem como finalidade produzir conhecimentos para auxiliar os auditores no exercício da fiscalização, colaborando com informações estratégicas. Dai destacou algumas ações que vem sendo executadas, como



“Todos os tribunais de contas vem utilizando ferramentas de Tecnologia da Informação a serviço do controle externo, cada um a seu modo. Estes momentos de troca de experiências e apresentação de boas práticas são de extrema importância”

parcerias com instituições como Ministério Público, TCU, Jucern, Receita Federal, Detran, Governo do Estado e outras que disponibilizam bancos de dados para que possa se fazer cruzamentos de informações, construindo-se a partir daí uma matriz de riscos.

Mesmo com pouco tempo de criação, o setor já apresenta resultados alvissareiros. Uma ação realizada com a Diretoria de Despesa com pessoal, por exemplo, detectou 247 casos de acúmulo ilegal de cargos, o que gerou uma economia anual para os cofres públicos na ordem de R\$ 19 milhões por ano. Outra ação, desta feita com a Diretoria de Atos de Pessoal, culminou com a detecção de 3.107 servidores inativos com reajustes irregulares, o que estava gerando um prejuízo ao Estado em mais de R\$ 4 milhões. “Está em fase de planejamento a implantação do Observatório da Despesa Pública”, destacou.



Diretor de Gestão e Modernização do TCE/MS, Douglas Avedikian, apresentou o trabalho executado na prevenção dos riscos e fraudes

O diretor de Gestão e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Douglas Avedikian, apresentou o projeto E-Extrator, ferramenta utilizada na prevenção de riscos e fraudes. “Atualmente, precisamos aferir se a qualidade do gasto efetivado está dentro do limite adequado”, ressaltou, explicando que o programa E-Extrator tem como base uma metodologia aliada a softwares que terminam por contribuir no trabalho de fiscalização. A partir do cruzamento das informações coletadas em diversos bancos de dados, o próprio programa gera uma matriz de risco, dando uma diretriz para a fiscalização. O TCE de Mato Grosso do Sul implantou máquinas em todos os 1350 municípios do estado que são alimentadas com informações encaminhadas para o Tribunal, que faz uma triagem e define as prioridades da fiscalização. “Inteligência artificial e definição de uma matriz de risco juntos”, resumiu.

O seminário foi encerrado com a apresentação do Coordenador do grupo de gestão da informação do TCE da Paraíba, Josedilton Alves Diniz, que falou sobre os processos de acompanhamento de gestão colocados em prática, seguido de debate entre os palestrantes e os servidores presentes.



Coordenador do Núcleo de Informações Estratégicas, Ilueny Santos, relatou como vem sendo efetivado o desenvolvimento do setor

UM APELO À MELHORIA DA EDUCAÇÃO

Ao longo de dois dias no final de abril representantes de tribunais de contas de todo o País e especialistas da área estiveram reunidos em Belo Horizonte no “I Simpósio Nacional de Educação (Sined) – Escrevendo o Futuro”, no debate de questões relacionadas ao controle externo dos recursos públicos destinados à Educação. Como resultado do encontro, que contou com a participação do presidente do TCE/RN, conselheiro Gilberto Jales, foi lançada a “Carta de Belo Horizonte”, consolidando propostas que visam a melhoria do ensino.

“Foram feitas reflexões que nos parecem fundamentais para uma política de educação adequada”, registrou Jales, em sessão plenária no TCE, relatando os principais pontos debatidos no encontro, que serão amplamente divulgados junto aos órgãos de interesse. “O grande desafio dos tribunais de contas é sair da lógica do controle formal de mera aferição de gastos e comparação dos mínimos normativos, para fazer um controle substancial de efetividade, ou seja, da avaliação da qualidade de ensino, em si”, ressaltou o presidente do TCEMG, conselheiro Cláudio Terrão, no final do encontro.

Na carta, é ressaltado o fato de que as iniciativas e diretrizes estabelecidas constitucionalmente, diante da latente crise financeira que se arrasta, não têm sido suficientes para afiançar o cumprimento do gasto mínimo em manutenção e desenvolvimento do ensino e garantir esperança e oportunidade de

uma educação pública de qualidade, fazendo-se imperativo o labor incessante para a construção de um futuro promissor para a máxima eficácia desse direito fundamental no Brasil.

No encontro, foram focados aspectos significativos do sistema de ensino, assim como propostas de solução em torno de temas como “Fundamentos para o controle do financiamento constitucionalmente adequado da educação”, apresentado por Dra. Élide Graziane Pinto; “O Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi): proposta de justiça federativa”, por Daniel Cara; “Garantia do direito constitucional à educação - LDB, PNE, Fundef, Fundeb e EC 95/2017”, por Carlos Jamil Cury e a “PEC 15/2015 do Fundeb permanente (rel. deputada Dorinha /PSDB-GO): o jabuti da privatização e outras notas”, por Salomão Barros Ximenes.

Representante da Atricon, o conselheiro César Miola enfatiza, na carta, que “O cenário atual exige uma atuação propositiva e indutora dos Tribunais de Contas, buscando corrigir os rumos do processo de implementação do PNE. A resolução nº 3/2015 da Atricon, que estabelece as diretrizes para o controle dos gastos com educação, e o Acordo de Cooperação firmado pelos normativos que norteiam a atuação dos Tribunais de Contas na efetivação da absoluta prioridade definida pela Constituição ao direito à educação de crianças e adolescentes”.

E prossegue: “Os Tribunais de Contas devem desenvolver atuação específica no fortalecimento do controle interno dos seus jurisdicionados, os quais são também responsáveis pelo acompanhamento da implementação dos planos de educação, em cumprimento ao disposto nos incisos I e II do artigo 74 da Carta Constitucional.

Aliado a isso, a utilização do software de monitoramento TC educa é imprescindível para viabilizar o acompanhamento das metas do PNE pelos órgãos de controle e pela sociedade. A ferramenta, que atualmente contempla as metas da educação infantil e do ensino médio, permite aferir o percentual de atendimento nas metas do PNE pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A inclusão de um indicador específico da educação no âmbito do QATC é um avanço no que diz respeito à atividade fiscalizatória das Cortes de Contas. A avaliação realizada em 2017 indicou diversas boas práticas, ao mesmo tempo em que ficou demonstrada a necessidade de os TCs avançarem na análise concomitante em relação a diversas metas e estratégias do PNE.

Gestores da área educacional suscitaram a necessidade de se estabelecer canais mais facilitados de comunicação com o MEC. Há entraves nesse processo de diálogo, especialmente com os Municípios. Mais orientações por parte dos TCs para ajudar no processo de gestão”.



Presidente do TCE/RN, Conselheiro Gilberto Jales, integrou mesa do Simpósio Nacional de Educação

RICART COELHO PRESIDE O COLÉGIO DE PROCURADORES DE CONTAS

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Ricart César Coelho dos Santos, tomou posse como presidente do Colégio de Procuradores Gerais de Contas. É segunda vez que um membro do MPC potiguar ocupa o cargo. “O Conselho é importante por ser um órgão de abrangência nacional, exercendo um papel fundamental na coordenação das atividades, inclusive com atuação simultânea em vários estados”, explicou, enfatizando que “O CNPGC tem por objetivo, dentre outros, defender não só os princípios e as prerrogativas do MPC no Brasil, mas, ainda, promover intercâmbio de experiências, integração entre os seus membros, com vistas à melhor prestação de serviços à sociedade.

A cerimônia de posse ocorreu em Curitiba e foi conduzida pela Procuradora-Geral de Contas Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, que encerrou a gestão 2017, transferindo a presidência a Ricart. Em seu discurso, Cláudia agradeceu o empenho e a parceria de todos os procuradores-gerais e também da sua diretoria. “Nesse período, pude contar com o apoio de colegas incansáveis na busca por uma instituição mais atuante. Agradeço, imensamente, a todos. Agradeço, ainda, a oportunidade de contribuir com nossa instituição. Alcançamos algumas conquistas, mas ainda há muito o que fazer”. A Procuradora-Geral também foi enfática em sua defesa pela transparência no trabalho do Ministério Público de Contas Brasileiro. “Somos uma instituição pública e nosso dever é para com o cidadão. É para ele que trabalhamos e é ele quem paga nossos salários. A transparência é regra em nossa atuação”.

O novo presidente do CNPGC, Ricart dos Santos, destacou que pretende dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo CNPGC. “Acredito que no serviço público não podemos recomeçar tudo do zero. É preciso dar continuidade às ações, com novas contribuições. Vou tentar dar minha melhor contribuição ao CNPGC”, disse Ricart, no início do seu discurso de posse. Ele também agradeceu o empenho da Procuradora à frente do CNPGC.

Ricart assume a presidência tendo como vices-presidentes regionais Rachel Barbalho Ribeiro da Silva, PGC/AP (Norte); Enio Andrade Pimenta, PGC/AL (Nordeste); Sérgio Paulo de Abreu Martins Teixeira, PGC/RJ (Sudeste); Aderson Flores, PGC/SC (Sul); Cláudia Fernanda De Oliveira Pereira, PGC/DF (Centro-Oeste). O Secretário Executivo é Rafael Neubern Demarchi Costa, PGC/SP; o tesoureiro é Luciano Andrade Farias, PGC/PB; e o conselho fiscal é formado por Yvonete Fontinelle de Melo, PGC/RO; Sérgio Cunha Mendonça, PGC/AC; Flávio De Azambuja Berti, PGC/PR; Zailon Miranda Labre Rodrigues, PGC/TO; Danilo Ferreira Andrade, PGC/BA; e Daniel de Carvalho Guimarães, PGC/MG.



“Acredito que no serviço público não podemos recomeçar tudo do zero. É preciso dar continuidade às ações, com novas contribuições”

TÉCNICOS APRESENTAM RESULTADOS PRELIMINARES DA AUDITORIA



Resultados preliminares foi apresentado pela equipe técnica a representantes do Governo

A Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) realizou na segunda-feira (09/04) uma reunião com representantes do Governo do Estado para apresentar os resultados preliminares da auditoria operacional realizada no sistema prisional do Estado. A reunião teve ainda como objetivo validar os achados da auditoria.

A reunião teve a presença do presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, da secretária de Controle Externo do TCE, Anne Costa Carvalho, da secretária estadual do Gabinete Civil do Governo do Estado, Tatiana Mendes Cunha, do secretário estadual de Justiça e Cidadania, Luis Mauro Albuquerque Araújo, do secretário estadual de Infraestrutura, Jader Torres, além de gestores de outras áreas.

A apresentação foi conduzida pelo diretor da Diretoria de Administração Direta, Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa, o coordenador da equipe de auditoria, Evandro Alexandre Raquel, os servidores Marcelo Queiroz e Suzana Acle.

A auditoria teve como objetivo geral avaliar o sistema prisional do estado sob os aspectos da gestão do sistema, execução da pena e atuação da defensoria pública, bem como as

estratégias para prevenir ou conter rebeliões

A relação de colaboração estabelecida entre a instituição de controle externo e o jurisdicionado é um dos aspectos mais relevantes da metodologia deste tipo de trabalho. A auditoria operacional, que foi feita de forma coordenada com o Tribunal de Contas da União e com mais 22 tribunais de contas em estados e municípios, concluiu fase de ex-

cução e deve emitir o seu relatório nas próximas semanas.

Após o relatório inicial, abre-se um prazo para que os gestores possam dar a sua contribuição e só então é produzido o relatório final. As recomendações presentes no relatório terão sua execução acompanhada pelo Tribunal de Contas.



Cleyton Marcelo, da Diretoria de Administração Direta, coordenou a apresentação

REABERTA SALA DOS ADVOGADOS NO TCE

Após um período fechada, em decorrência de mudanças de local e reforma na estruturação, a Sala José Arno Galvão, que atende os advogados com processos em tramitação no Tribunal de Contas, retomou as atividades funcionando agora no andar térreo, ao lado do Plenário da Corte de Contas, das 8 às 14 horas. Resultado de uma parceria realizada entre a secção regional da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/RN e o TCE, o espaço tem como finalidade garantir um suporte para os advogados em suas demandas no Tribunal.

A sala está devidamente estruturada com computadores que permite o acesso ao sistema do Tribunal de Contas, possibilitando consultas processuais, xerox de documentos e até reuniões entre advogados e seus clientes. Segundo Jéssica Caroline Carvalho de Souza, funcionária da OAB que trabalha no local, a procura ainda é pequena, mas deverá aumentar com a divulgação. “Damos toda orientação sobre como utilizar o sistema. Facilita muito o trabalho deles”, relatou.

Denominada José Arno Galvão, a sala presta ao advogado e ex-diretor geral do TCE, que faleceu em 05 de novembro de 2013. José Arno era conhecido pela sua capacidade como advogado e escritor, mas, sobretudo, como servidor público austero e honrado. “Não poderíamos escolher outro advogado para homenagear senão José Arno Galvão. Um advogado batalhador e dedicado e que muito retrata o perfil que o advogado tem que ter para enfrentar todos os obstáculos da nossa profissão. Conseguiu transmitir valores como justiça, honestidade e disciplina à família e aos amigos”, disse o então presidente da Seccional da OAB/RN, Sérgio Freire, por ocasião da inauguração da sala, em 2015.



Depois de ampla reforma, a sala dos advogados está pronta para atender os advogados

MEMÓRIA DO TCE



Procurador Geral do MPC, Francisco de Assis

... 2002 ... Concurso para Procurador

Na edição de maio de 2002, o procurador geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Francisco de Assis Fernandes, anunciou a realização de concurso público para o preenchimento de seis vagas de procurador para o Ministério Público, o que foi aprovado em sessão plenária pela unanimidade dos conselheiros, sendo definido na comissão de realização do concurso a participação do conselheiro Tarcísio Costa. Foi atribuído ao procurador geral a responsabilidade pela elaboração e execução do concurso, que deveria gerar interesse de profissionais da área de todo o País.

... 2003 ... Nova gestão

Numa cerimônia que contou com a presença do então governador, Fernando Freire e autoridades do Estado, foi empossado no cargo de presidente do TCE o conselheiro Tarcísio Costa e o vice-presidente Alcimar Torquato. O assunto foi destaque da edição de março de 2003 do “TCE em Pauta”, que também apontou as prioridades da nova gestão: A modernização do TCE, tanto no aspecto de estrutura física quanto no investimento na qualificação de pessoal.



Conselheiro Tarcísio Costa toma posse como presidente do TCE/RN

POR UM TRIBUNAL VERDE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) aderiu à campanha Abril Verde, lançada pelo Ministério Público do Trabalho. De forma simbólica, atendendo ao lema “Por um Brasil sem doenças e acidentes de trabalho”, a Corte coloriu de verde a iluminação da fachada do seu prédio sede, na Avenida Getúlio Vargas.

O mês de abril é totalmente dedicado à conscientização para a prevenção de acidentes de trabalho no Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte. O lançamento da campanha ocorreu dia 11 na sede do MPT, em Natal. O objetivo é conscientizar a sociedade de que quanto “mais prevenção no trabalho, mais vida”.

Números do primeiro trimestre deste ano demonstram que os gastos estimados com benefícios acidentários no país já ultrapassam R\$ 1 bilhão de reais. Nesse período, foram emitidas mais de 150 mil Comunicações de Acidentes de Trabalho, entre as quais estão notificadas 585 vítimas fatais. Os dados são do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho.

Para sensibilizar empresas, trabalhadores e a sociedade em geral para a importância da prevenção de acidentes, o MPT-RN lança a exposição fotográfica “Trabalhadores”, com imagens de locais de trabalho em setores como construção civil, fabricação de telhas de amianto, agropecuária e atividades portuárias. Os registros são de André Esquivel, do livro “Trabalho”, e de Marlene Bergamo, Tibério França, Walter Firmo e Geyson Magno, da obra “O Verso dos Trabalhadores”.

Por quê Abril Verde? – A campanha acontece neste mês porque, além de o dia 7 de abril ser o Dia Mundial da Saúde, a data de 28 de abril foi eleita como Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, em razão de um acidente que matou 78 trabalhadores em uma mina no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, em 1969. A OIT, desde 2003, consagra a data à reflexão sobre a segurança e saúde do trabalhador.

Com informações da Assessoria de Comunicação do MPT-RN

SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Tarcísio Costa

CONSELHEIRO CORREGEDOR

Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS - PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA

Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO OUVIDOR

Renato Costa Dias

CONSELHEIRA PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

AUDITORES

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

Antonio Ed Souza Santana

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Anne Emília Costa Carvalho

CONSULTORA JURÍDICA

Andréa da Silveira Lima Rodrigues

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diego Antônio Diniz Lima

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PROCURADOR-GERAL

Ricart César Coelho dos Santos

PROCURADORES

Luciano Silva Costa Ramos

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

Assessor de Comunicação Social

Viktor Vidal

Editor

Eugênio Parcella da Silva

Reportagem

Isaac Lira de Almeida

Produção

Fátima Moraes

Projeto Gráfico e Diagramação

Fernando de Souza Silva

Fotografias

Jorge Filho

Ilustrações

br.freepik

Impressão: Tavares & Tavares Emp. Comerciais

Tiragem 600 exemplares

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP 59012-360

84 3642 7278

tce.rn.gov.br

ascomtcern@gmail.com

tcedorn

tce_rn